

A des  *construção*
de uma *pátria*
mestiça



Flavio Chame Barreto

Flávio Chame Barreto

A desconstrução de uma pátria mestiça

Rio de Janeiro

2018

Direitos reservados e protegidos para o autor oriundos da obra homônima completa:

Email do autor: flaviocbarreto@yahoo.com.br

Site do autor: www.flaviocbarreto.blogspot.com

Flavio Chame Barreto - FCB Ed; 2018

70 f.: Il.

ISBN: 978-85-924689-4-1

1. História. 2. Educação. 3. Negro.

II. Título.

CDD

Esta é uma narrativa crítica baseada em documentos com correlações reflexivas oriundas de dados científicos, estatísticas e pesquisas de conhecimento e domínio público.

Créditos e fontes das imagens adaptadas do arquivo do autor e da Wikimedia Commons.

Disponíveis em <https://commons.wikimedia.org>

A desconstrução de uma pátria mestiça

A melanina que ainda aprisiona

*e nem sabe porquê o faz,
desconhece ser ela, a dona
de cada destino que traz.*

*Mas, a cor da pele que define
não imprime um futuro imutável
e nem a desculpa para um crime
que por si só, é indesculpável.*

*Ah! Melanina que nos protege
do sol tão cruel e inclemente
não és benta e nem herege.*

*Apenas desfiguras tanta gente
construindo uma odiosa verve
que por ti, somos seres diferentes.*

(Soneto livre da Melanina - Flavio Chame Barreto - 2017)

Sumário

Capítulo 1: As origens tão comuns que justificam e explicam esta obra.....	5
Capítulo 2: As origens e a reprodução das posturas discriminatórias.....	23
Capítulo 3: O real caminho da desconstrução	45
Referências Bibliográficas.....	57
Sobre o autor	61
Outros livros do autor.....	62

Capítulo 1: As origens tão comuns que justificam e explicam esta obra

Nos primeiros anos do século XX, nascia uma menina negra de olhos verdes, filha de escravos libertos pela abolição da escravatura de 1888, chamada Isabel Duarte da Silva.

Seu primeiro nome era uma homenagem da sua mãe para a princesa que assinara a lei áurea libertando definitivamente todos os negros brasileiros da escravidão.

Já seu sobrenome Duarte tinha origem antiga e portuguesa, já que foi introduzido no Brasil pelo primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho (1485 — 1554). Ele fundou a cidade de Olinda em 1535 e para desenvolver a agricultura local construiu o primeiro engenho de açúcar que obviamente prosperou pelo árduo trabalho das mãos escravas.

O sobrenome Silva que se tornou o mais comum no Brasil se originou do latim *silva*, que indica “mato”, “floresta”, designando assim, com o passar do tempo famílias sem títulos de nobrezas e que moravam nos arredores das povoações, ou seja, perto dos matagais ou áreas silvestres ao entorno das cidades das antigas

civilizações. Por essa razão, a partir do século XVII, passou a ser incluído pelos portugueses aos nomes dos negros “convertidos” pelo batismo à religião católica.

Como essa “conversão” melhorava um pouco a relação entre o branco originalmente católico e o negro “convertido”, logo, ele passou a ser o sobrenome da maioria da população brasileira. Um interessante fenômeno de popularidade de um nome de família que ainda hoje, mas, por outros motivos, persiste em nosso país.

Assim, Isabel Duarte da Silva já trazia no próprio nome toda a herança negra e a miscigenação iniciada logo após o “descobrimento” do Brasil.

Quase 20 anos separou o nascimento daquela criança em um recente Brasil republicano de uma antiga nação regida por um Império que vergonhosamente ainda convivia em um regime escravocrata.

O pai de Isabel morreu cedo e sua mãe criou os três filhos do casal, trabalhando como quitandeira de rua, doméstica e lavadeira por toda a sua vida.

Obviamente, aquela pequena menina de olhos verdes, cresceu no meio da pobreza que os escravos libertos e seus filhos herdaram do tempo em que o estudo lhes era negado pelos seus senhores.

A desconstrução de uma pátria mestiça



Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro, 1875 (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).

Realmente a Lei Áurea de 1888 garantira a liberdade de milhares de negros brasileiros, mas não providenciara nenhuma assistência socioeconômica a estes novos cidadãos. Desta forma, os libertos e seus descendentes passaram a viver por muitas décadas depois, em uma situação de precária subsistência, sem acesso à saúde, educação, trabalhos dignos ou terras para cultivo.

O próprio Império ficou fragilizado, como resultado desse ato libertário, perdendo o apoio dos grandes latifundiários que eram totalmente dependentes da mão de obra escrava para a produção de algodão, café, cana-de-açúcar e até para a mineração. Assim, estes grandes

proprietários de terras passaram então, a lidar com o regime monárquico com clara hostilidade e forte oposição.



Escravos na colheita de café, Vale do Paraíba, 1882
(Marc Ferrez/Colección Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).

A pressão negativa se acentuou tão rapidamente em tantos segmentos da sociedade brasileira, que já no ano seguinte, em 1889, a proclamação da República decretou o final da fragilizada monarquia.

De fato, a liberdade era uma realidade para todos os brasileiros já nascidos na república, mais a escola, a

formação mais qualificada ou empregos mais dignos ainda eram privilégios para poucos e praticamente exclusivo das pessoas de pele branca.

Se para um homem negro, sobreviver nessa imensa desigualdade social era uma árdua missão, para uma mulher negra se sustentar e ainda criar três filhos era algo praticamente impossível.

Mas, contrariando todas as expectativas, sua mãe conseguiu fazê-lo, vindo a falecer apenas após completar 80 anos, em um asilo no atual bairro de Realengo na cidade do Rio de Janeiro, na década de 60.

A pequena Isabel não estudou e como quase todos descendentes de escravos libertos, não frequentou as escolas formais.

Assim, mal sabia escrever seu nome ou ler e o pouco que aprendeu, foi com as patroas das casas nas quais serviu, pois muito cedo, também teve que trabalhar como doméstica para complementar a ínfima renda familiar.

Seu talento e habilidades culinárias promoveram Isabel de faxineira e lavadeira para o patamar de cozinheira, assim aos doze anos, iniciou este ofício nas casas “de famílias” um pouco mais abastadas.

Moraram em vários lugares ao entorno do centro da cidade, como o Morro da Providência, na Gamboa, na Ladeira do Castelo e no Morro de São Carlos no bairro do Estácio.

Foi neste último local, aos quinze anos, que Isabel conheceu seu primeiro marido com quem teve um casal de filhos, Jorge e Jorgina, antes de completar dezoito anos.

Seu companheiro não era um exatamente um esposo exemplar. Um negro alto, forte, bonito, mas que vivia de biscates e eventualmente trabalhava como motorista, além de ser um beberrão violento e mulherengo.

Como normalmente acontecia com pessoas desse tipo, ele morreu cedo, esfaqueado em uma rixa e, aparentemente, o destino de Isabel, seguiria o mesmo curso que o da sua mãe, ou seja, criar seus filhos, sozinha.

Porém, um ano depois, ela conheceu um metalúrgico, alto, branco, que almoçava diariamente na pensão onde trabalhava como cozinheira.

A desconstrução de uma pátria mestiça



**Isabel Duarte da Silva e seu
companheiro Abud Chame
(primeiros anos do século XX)**

Apesar de ter um estranho nome, Abud Chame, ele era mineiro de nascença e um assalariado bem modesto que, aparentemente, se interessara por ela. O interesse culminou em uma proposta de compromisso para se unirem, mesmo ele sabendo que aquela linda viúva de olhos esverdeados, já tinha dois filhos pequenos.

Passaram a morar juntos e rapidamente Isabel engravidou de seu terceiro filho e no início da década de 30, nasceu uma pequena menina que recebeu o nome de Jurema Chame.

Apesar das dificuldades financeiras, os ganhos dos dois permitiam que a família se alimentasse e morasse com um mínimo de dignidade e até que as crianças estudassem em escolas públicas.

Esse era o principal objetivo de vida de Isabel, dar o máximo de estudos que pudesse aos seus filhos, pois sabia que esse era o único caminho para consolidar a liberdade, a dignidade e o respeito deles na sociedade.

Ela ouvira sua mãe contar as histórias de alguns raros contemporâneos dela, como Machado de Assis, Cruz e Sousa e Luís Gama que trilharam o caminho das letras e dos saberes e que suas vidas aparentemente tinham sido mais brandas e dignas. Logo, porque não fazer o mesmo por seus filhos?

Apesar da resistência do companheiro que julgava que as duas meninas não precisavam de estudos, ela persistia em manter todos os três filhos nas suas escolas e comprar todo o material escolar necessário e solicitado pelas professoras para a aprendizagem.

Tudo corria bem, até que um belo dia Abud arrumou uma mala, disse adeus para Isabel, deu um beijo na sua filha Jurema que completara oito anos e simplesmente desapareceu definitivamente da vida delas.

Novamente a cozinheira se viu sozinha com seus três filhos.

O filho mais velho, Jorge, já mostrava que herdaria o porte do pai e se tornaria um negro alto, belo e forte como ele. A filha do meio, Jorgina já começava a delinear em seu corpo as generosas curvas da mãe Isabel e possivelmente se tornaria uma linda mulata e a caçula Jurema, a pequena menina branca que herdara a cor clara da pele do pai Abud, ainda parecia uma pequena princesinha.

Novamente os tempos se tornaram bem mais difíceis, voltaram a morar em barracos bem mais humildes feitos de madeira, na Gamboa, no Santo Cristo e no Estácio, mas, Isabel não se abateu e trabalhou mais intensamente.

Apesar da miséria e poucos recursos, ela não deixava faltar o mínimo para seus três filhos, assim como não perdia a alegria de viver e a extravasava, principalmente, no carnaval.

Em 1932 o jornal “Mundo Sportivo”, de propriedade do jornalista pernambucano Mário Filho, irmão do dramaturgo Nelson Rodrigues, decidiu organizar o primeiro “Desfile de Escolas de Samba”, na Praça Onze. Convidou dezenove escolas, entre elas “A Vizinha Faladeira” e estabeleceu critérios para o julgamento das agremiações participantes, como por exemplo, ter mais de cem componentes, apresentar sambas inéditos e não usar instrumento de sopro, entre outras exigências.

A vencedora foi a Estação Primeira da Mangueira e o sucesso garantiu a oficialização do concurso que permaneceu na Praça Onze até 1941 e, com o passar do tempo, as escolas de samba introduziram elementos dos ranchos, tais como o enredo, o casal de mestre-sala e porta-bandeira e a comissão de frente.

Foi assim que no ano seguinte da criação do concurso, Isabel começou a desfilar na “A Vizinha Faladeira” fundada em 10 de dezembro de 1932, por David da Silva Neves no bairro do Santo Cristo, onde ela morava naquela época.

No desfile de 1937 ocorrido na Praça Onze, Isabel foi escolhida para carregar, sambando, uma das bandeiras que enfatizavam o enredo daquele ano da sua Escola de Samba. Este se chamava “Uma só bandeira”, uma homenagem à bandeira nacional e também às dos estados e que levou a agremiação conquistar seu único título da divisão principal.

Isabel ao desfilar com seu sorriso e sua alegria de viver estampada nos seus olhos esverdeados, conquistou além dos aplausos da plateia composta por pessoas de todas as cores e classes, mais uma grande vitória na sua vida.



Uma sorridente Isabel Duarte da Silva em frente ao seu barraco no bairro da Gamboa, em um Carnaval, dos primeiros anos do século XX .

A partir dali as maravilhosas porta-bandeiras e seus respectivos mestres-salas gradativamente assumiram a grande importância que possuem hoje.

Porém, certamente a maior consagração de Isabel veio bem mais tarde, ao perceber que conseguira criar dignamente seus três filhos, apesar de todas as adversidades impostas pela vida.

Poucos anos depois “A Vizinha Faladeira” parou de desfilar e ficou com as suas atividades paralisadas por 50 anos, mas sua marca vitoriosa já estava definitivamente gravada na história do Samba.

Com o passar do tempo, os três filhos de Isabel se tornaram adultos. O menino mais velho, Jorge Duarte da Silva, depois de uma rápida incursão pelo futebol, defendendo o gol do Flamengo, ingressou para a força policial, se casou e teve três filhos. Já a filha Jorgina Duarte da Silva se tornou auxiliar de enfermagem e também ingressou no serviço público na área da saúde e teve cinco filhos. Finalmente, a caçula, Jurema Chame, após uma breve passagem pela área de produção de uma indústria de doces, se casou e teve três filhos.

E assim, chegaram os netos na vida de Isabel. Todos eles lindos e com cores de pele que iam da mais branca até a mais negra, passando pelos tons mais mulatos aos mais claros.

Uma linda miscigenação chamada família.

Eram amados indistintamente por todos, mas principalmente, por aquela avó, que ao mesmo tempo, sabia ser amável, carinhosa e rigorosamente austera na educação, no comportamento ético, social e na formação do caráter de cada um dos seus.

A desconstrução de uma pátria mestiça



Isabel Duarte da Silva (ao centro) e seus netos da esquerda para a direita: Fátima e Fábio (atrás), Marcos e Geni (no colo da avó), Flávio, Jorge, Jairo (atrás), Sandra e Solange (na frente).
(Foto do natal de 1962)

Os netos praticamente cresceram juntos e conviveram em suas brincadeiras e aprendizados na casa da avó, sem nunca fazerem a menor distinção da cor de suas peles. Ou seja, realmente todos eram e efetivamente se sentiam iguais e se tratavam espontaneamente como tal.

Enquanto nasciam os netos, a própria Isabel, finalmente encontrou o grande amor de sua vida, um oficial da aeronáutica chamado Fausto Albert.



Fausto Alberti - década de 50

Com ele compartilhou o resto de sua vida vitoriosa como mãe, avó e mulher negra em uma sociedade, que nos meados do século XX, ainda era muito preconceituosa e bastante limitante para os mestiços e negros e seus respectivos descendentes.

Eles passaram a morar em uma espaçosa casa no distante bairro de Bangu, com um amplo quintal, um jardim com muitas samambaias e variadas plantas carinhosamente cuidadas pelo casal, compondo um grande e aconchegante espaço verde.

E foi assim, que naquele pequeno paraíso todos os netos de Isabel conviviam e brincavam juntos quase todos os finais de semana. Um convívio natural que solidificou amorosamente o conceito real de igualdade entre as pessoas que, independente da sua cor ou seu gênero, compartilhavam sua vida com seus pequenos companheiros de brinquedos.

Da mesma forma, o comportamento dos adultos era exatamente igual, servindo inclusive de exemplo de respeito, carinho e afeto entre os filhos de Isabel, que agora crescidos, se tornaram pais e tios daquelas crianças.

Ao contrário do que infelizmente ainda vemos nesse atual século XXI, naquele longínquo paraíso não existia separações ou muros invisíveis entre aqueles pequenos e futuros cidadãos.

Por um capricho do destino, o autor deste pequeno livro teve a imensa sorte de ser um dos netos dessa maravilhosa mulher chamada Isabel.

Ele foi o segundo filho de Jurema Chame, a filha caçula e, desta forma, ao se envolver posteriormente nos estudos deparou-se com algo que ele desconhecia até então. Uma nítida sociedade preconceituosa que erguia uma invisível separação de oportunidades conforme a tonalidade de cada pele. Uma verdade que

gradativamente se desnudou aos seus olhos, conforme foi crescendo e prosseguia em sua vida estudantil.

Aquele era um mundo diferente e incompreensível que surgia em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que percebia que, em relação à cor de sua pele, tivera a mesma ascendência mestiça de grandes vultos da nossa história e literatura.

Contudo, surpreendentemente estes grandes personagens não eram tão enaltecidos, assim como, suas lutas por um Brasil igualitário para todos não eram muito bem reconhecidas.

Assim, passou a entender também a abrangência muito maior que os reais conceitos de liberdade e igualdade possuem. As distinções preconceituosas oriundas das diferentes cores da pele, gênero, níveis socioeconômicos e outras que apenas a ignorância humana concebe, ficaram bem mais visíveis e ao mesmo tempo, inaceitáveis aos seus olhos.

As histórias que sua bisavó contava para sua filha Isabel em relação aos seus negros contemporâneos que arduamente trilharam o caminho das letras e dos saberes para obterem uma verdadeira liberdade, então ganharam um peso muito maior e bem mais amplo na sua formação.

Curiosamente, assim como os notáveis escritores brasileiros citados pelos seus professores, como,

Machado de Assis, Cruz e Sousa, Luís Gama, que tiveram avós maternas negras ou ainda, Lima Barreto que teve esse tipo de ascendência, tanto da parte paterna, quanto materna, mostraram aos seus olhos que a história de vida de Isabel, na verdade, foi e continua sendo algo muito comum na construção da nossa nação.

O privilégio de ter sido neto daquela mulher tão forte e corajosa possibilitou ao autor solidificar um olhar bem mais crítico sobre esse país altamente miscigenado e contraditório.

A mesma nação mestiça que ainda alimenta uma inexplicável hipocrisia que cobre com um véu de esquecimento ou pouca informação, a formação mestiçada desse povo que orgulhosamente denominamos de “brasileiros”.

Assim, é óbvio que ao ignorar essas histórias, certamente realimentamos todos os tipos de preconceitos veladamente vigentes. Um verdadeiro entrave à conquista da igualdade entre todos os cidadãos indistintamente e o consequente atraso no desenvolvimento desta imensa nação

Capítulo 2: As origens e a reprodução das posturas discriminatórias

Quem é atualmente esse “povo brasileiro”? Quando ele surgiu? Como nasceu? Como vive? Como foi construído? Quem foram seus ascendentes?

Para responder parte destas perguntas é interessante resgatar alguns dados estatísticos e correlacioná-los com elementos históricos sobejamente conhecidos e também com alguns saberes científicos.

Atualmente, segundo a recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2016) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população brasileira é composta por 48,5% de homens e 51,5 % de mulheres. Logo, temos uma sutil quantidade a mais de mulheres orbitando em nossas vidas.

Já em relação às etnias, 55,8% do total da população se declarou negro, pardo ou indígena. Mais especificamente, 46,7% do total de brasileiros pesquisados se declararam como pardos e 44,2% como brancos. Os negros somaram 8,2% e os indígenas, amarelos e outros, apenas 0,9%.

Portanto, estamos falando de um país reconhecidamente mestiço, no qual um pouco mais da

metade das pessoas atualmente se reconhece assim ou como negros.

Outra pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e divulgado em 2011, apontou o crescimento da parcela de negros e pardos no total de desempregados no Brasil.

De acordo com este relatório, no ano de 1995, os negros e pardos correspondiam a 48,6% do total de pessoas sem trabalho (sendo 25,3% homens e 23,3% mulheres). Um pouco mais de dez anos depois, em 2006, este número subiu para 54,1% (sendo 23,9% homens e 30,8% mulheres).

Em relação aos brasileiros empregados, as diferenças também foram claramente perceptíveis. Em 2006, o rendimento médio mensal real dos homens brancos equivalia a um valor 56,3% superior à remuneração obtida pelas mulheres brancas e, pasme 98,5% superior à alcançada pelos homens negros e pardos e 200% à obtida pelas mulheres negras e pardas.

Ou seja, considerando que durante o período escravagista o negro trabalhava apenas para ter alimentação, teto e baixíssima qualidade de vida, o quadro nos séculos subseqüentes praticamente pouco mudou.

O Censo posterior de 2010 confirmou a tendência desses dados, quando apurou que, dos 16 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza, 4,2 milhões eram brancos e 11,5 milhões eram negros ou pardos.

Portanto, para cada branco vivendo nessa inaceitável condição, existiam quase três negros ou pardos em situação idêntica.

Outro dado do mesmo levantamento é ainda mais estarrecedor. A população negra já representava 69% das vítimas de homicídios em 2009 e essa taxa estava aumentando neste segmento nos últimos anos, enquanto caía na população branca no mesmo período pesquisado.

Mas, não basta culpar apenas a forma como ocorreu a abolição da escravidão no século XIX, afinal já estamos no século XXI e a discriminação entre pessoas baseadas na cor da sua pele, ainda persiste.

O mundialmente respeitado sociólogo Florestan Fernandes em seu livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” de 1978 mostrou o imenso problema social gerado, ao se abolir a escravidão em 1888 sem garantias de inserção do negro no mercado de trabalho livre.

Segundo este pesquisador, o liberto sem opções de subsistência própria, em geral, permanecia próximo ao antigo cativo e as portas fechadas ou os muitos caminhos que se fechavam para eles, os levavam na direção da “ociosidade”, “vagabundagem” e da “criminalidade”.

Florestan ainda foi mais adiante, quando mostrou que realmente as oportunidades de trabalho eram escassas e segundo ele:

“Só o vício e o crime ofereciam saídas realmente brilhantes ou sedutoras de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias”.

Logo, muitas desigualdades sociais e econômicas, encontradas hoje no Brasil e desnudadas pelos dados do Censo de 2010, apenas foi mais uma confirmação da perpetuação histórica do desemprego ou dos subempregos dos escravos libertos, que se iniciou a partir da abolição.

Contudo, nas gerações subseqüentes essa origem ainda realimenta um ciclo vicioso. Possivelmente isto é estimulado pelo camuflado preconceito racial que é modelado desde a mais tenra idade, muitas vezes de forma imperceptível.

Por que geração após geração, comportamentos sociais e culturais pouco se alteram, nas escolas e nos lares?

Aqui, cabe inserir um ingrediente extremamente importante nesse caldo reflexivo: O papel dos neurônios em espelho nesse processo de reprodução comportamental contínua.

Recentemente algumas descobertas feitas na área da neurociência podem ter descerrado algumas portas para compreendermos a disseminação e manutenção de determinados padrões sociais e culturais que sempre se repetem ao longo dos tempos, e que até pouco tempo não eram muito bem entendidas.

Os neurônios em espelho foram descobertos recentemente, e por acaso no início dos anos 90, pelo cientista Giacomo Rizzolatti, da Universidade de Parma, na Itália quando este monitorava, em macacos, a ativação dos neurônios responsáveis pelos movimentos e suas respectivas localizações no cérebro do primata.

O cientista colocou eletrodos na cabeça das cobaias para acompanhar essa atividade neuronal específica, e cada vez que o primata executava uma tarefa, os neurônios no córtex pré-motor, nos lobos frontais eram ativados e um monitor sonoro apitava.

Em um determinado momento, quando o macaco estava totalmente imóvel, um aluno entrou no laboratório, levou um sorvete à boca e o monitor apitou, para surpresa dos cientistas.

A partir daí, sempre que a cobaia assistia o experimentador ou outro macaco repetir essa cena com outros alimentos, os seus neurônios, responsáveis pelos mesmos movimentos, eram ativados e o monitor disparava.

Posteriormente, a equipe do neurocientista Giovanni Buccino, da Universidade de Parma expandiu os experimentos e finalmente confirmou que os humanos possuem neurônios semelhantes, porém mais complexos que os dos macacos.

Utilizando Ressonância Magnética Funcional (RMF) a equipe mediu a atividade cerebral de voluntários humanos enquanto eles assistiam a um vídeo que

mostrava sequências de movimentos de boca, mãos e pés.

Concluíram que dependendo da parte do corpo que aparecia na tela, o córtex motor dos indivíduos observados se ativava com maior intensidade na região cerebral que correspondia à parte do corpo que aparecia em movimento no filme em questão, ainda que os voluntários se mantivessem absolutamente imóveis.

Na verdade estes neurônios espelho constituem pequenas regiões espalhadas por partes fundamentais do cérebro, nas áreas fronto-parietais e no córtex pré-motor, responsável parcial pela linguagem, pela empatia e pela compreensão da dor e da interpretação de outras sensações.

Os neurônios que compõem estas áreas específicas do cérebro geralmente são ativados quando realizamos uma determinada ação e, principalmente, nos momentos em que observamos alguém realizar uma ação.

Ou seja, na sua forma mais básica, isso significa que ensaiamos ou imitamos mentalmente toda ação observada, sem necessariamente termos realizado fisicamente a mesma ação naquele momento.

Resumindo, desde bebês, repetimos mentalmente todas as ações que observamos outras pessoas realizarem o que explica, por exemplo, como aprendemos a sorrir, conversar, caminhar, etc.

Por outro lado, considerando que geralmente seriam os familiares e os amigos, as pessoas que mais contribuem para estimular essas áreas, começamos a compreender porque os bebês repetem nossas expressões e ações desde a tenra idade, como por exemplo, quando retribuem e sorriem para nós quando sorrimos para eles, quando fazem caretas quando fazemos esse tipo de expressão facial, ou quando nos acenam quando acenamos para eles.

Essas atividades nas regiões cerebrais compostas pelos neurônios em espelho perduram por toda a vida, e o processo de imitação mental à ação observada atua continuamente. Contudo, a partir do amadurecimento da região pré-frontal, as ações físicas, propriamente ditas, no adulto passam a ser mais bem controladas e nem sempre são repetidas imediatamente.

Mas, mesmo na fase adulta, por exemplo, ao observarmos seguidamente alguém bocejar, é comum bocejarmos também de forma instintiva e involuntária, devido à ação destas regiões cerebrais.

Na prática isso pode explicar a aprendizagem e manutenção de alguns comportamentos sociais e de alguns aspectos da cultura vigente.

Por exemplo, uma criança que desde a mais tenra idade, observa seus pais descartando lixo na rua, provavelmente reproduzirá essa ação de forma natural e seguramente continuará a fazê-lo na idade adulta,

oferecendo esse modelo de comportamento para novas crianças.

Então, como esperar que uma criança manuseie livros ou cresça apreciando a leitura, se ela nunca viu seus pais fazendo isso com relativa frequência.

Ou seja, se seus neurônios em espelho não foram estimulados por ações relacionadas com a leitura, muito provavelmente estas atividades serão pouco reproduzidas ou mesmo reconhecidas como prazerosas durante a sua vida, caso não haja nenhuma intervenção neste sentido.

A partir daí, também podemos compreender a construção e conseqüente reprodução de comportamentos preconceituosos e discriminatórios. Isso porque a criança ao nascer não traz com ela essa conduta, e sim, a constrói a partir dos modelos as quais é exposta ao crescer e se desenvolver.

Ainda bem, que qualquer tipo de preconceito ou discriminação não é uma herança genética ou um problema congênito e, sim, algo que o ambiente modela. Logo, as chances de evitá-lo para as gerações subsequentes são imensas e bem reais.



Na verdade, esses tipos de comportamentos foram infelizes invenções humanas, que inexplicavelmente foram criadas e se reproduzem pela absoluta ignorância e que, em especial, no Brasil foi um triste legado da colonização portuguesa.

Na prática, a distinção dos direitos sociais baseada na cor da pele foi trazida junto com os colonizadores portugueses, que no século XVI, nasceram e cresceram em uma nação na qual existia uma das sociedades mais intolerantes e incultas da Europa.

Ao “achar” o Brasil em 1500, Portugal possuía um pouco mais de dois milhões de habitantes e uma taxa de analfabetos que beirava noventa por cento (90%).

Três séculos depois o analfabetismo naquele país ainda estava próximo de oitenta por cento (80%) e esta mesma taxa também se verificava por aqui, mesmo com a presença do príncipe regente D. João VI e toda a sua corte na colônia.

Na época do “achamento” do Brasil, termo que o escrivão Caminha usou em sua própria carta ao rei de Portugal, os portugueses se depararam com os povos indígenas e uma respectiva cultura e costumes totalmente distintos dos descobridores.

Assim, durante séculos, os "cientistas" e “religiosos” europeus debateram se aqueles indivíduos estranhos eram seres humanos ou animais. Afinal, suas

culturas e religiões que apenas eram diferentes da católica, sempre foram vistas pelos brancos colonizadores como algo típico de seres inferiores.

Contudo, essa convicção que os colonizados eram estranhos nunca foi um impedimento para que as primeiras miscigenações ocorressem entre portugueses e as índias locais naqueles primeiros anos.

Apesar de não haver registros históricos que comprovem esta afirmação a possibilidade disto ter ocorrido em uma escala razoável é muito pertinente e até bastante provável.

Isto porque, cabe enfatizar um fato real e indiscutível que era a quase inexistência de mulheres brancas nas primeiras frotas que aportaram em nossas terras.

Devido a isso, certamente muitos ascendentes do nosso atual povo brasileiro se originaram dessas primeiras relações entre indivíduos de culturas tão distintas.

Com a chegada dos primeiros escravos africanos entre 1539 e 1542, na Capitania de Pernambuco, a mesma visão de olhar o outro como um ser inferior se repetiu.

Com o aumento do tráfico negreiro nos séculos subsequentes, a população brasileira se dividiu em duas porções desiguais. Uma formada por uma pequena parte branca e livre e outra parte negra e escrava, que somada

A desconstrução de uma pátria mestiça

aos índios locais se tornava bem maior que o total da população de portugueses daqui.



Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles).

Assim, desde o período colonial, uma pequena minoria aparentemente branca ainda ocupa os melhores espaços da sociedade, enquanto uma grande parte da população composta de negros, mulatos, índios e seus

respectivos descendentes reconhecidamente mestiços continuam vivendo à margem dos benefícios sociais.

Deste modo, os colonizadores por séculos se mantiveram como os detentores da verdade absoluta, dos saberes, da cultura, da ordem moral e, o pior, da autoridade legalmente constituída para toda a sociedade.

Isto tudo, excluindo por muitas gerações, inclusive após a abolição e de forma bem sutil, a maioria dos negros e muitos de seus descendentes que atualmente formam a maioria da população brasileira.

Mesmo com a intensa miscigenação que ocorreu devido à escassez de mulheres brancas na colônia entre os séculos XVI e XIX, os filhos das relações íntimas entre portugueses e negras, permaneceram na condição de escravos por muitas gerações.

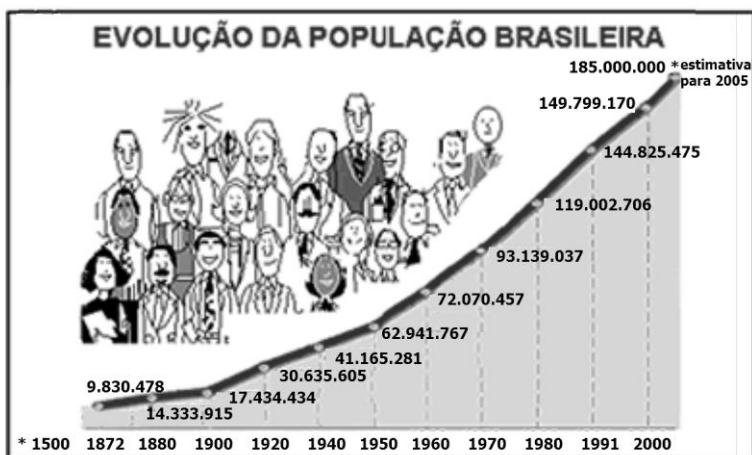
Assim, mesmo após a abolição a dependência dos libertos com a classe dominante se manteve praticamente inalterada, isto devido ao mascarado bloqueio social, imposto pelos anos subsequentes.

A modelagem comportamental das gerações que se seguiram, reproduziu sistematicamente a visão de superioridade das pessoas de pele branca sobre as outras e isso patrocinou a usurpação do direito aos estudos que apenas era um privilégio dos mais favorecidos desde o século XVI e persistiu assim até meados do século XX.

Provavelmente, isto foi um importante componente que serviu para perpetuar a divisão da sociedade,

gerando uma desigualdade social e econômica ainda maior, distanciando os indivíduos brancos de todas as outras pessoas com tonalidades de peles diferentes.

São apenas algumas gerações de brasileiros que separam os dias de hoje do “descobrimento” do Brasil.



* Estimativa da população indígena 2.000.000

Fonte: IBGE

Isto explica porque a população estimada para aquela época de dois milhões de indígenas, hoje já ultrapassou aos duzentos milhões de brasileiros.

No final do século XVI a proporção era de quase trezentos índios e escravos para cada branco, espalhados pelo berço esplendido do nosso país.

Portanto, não é insano inferir que muita mistura de genes teve que ocorrer para chegarmos a estes atuais patamares populacionais.

Logo, também não é insensato acreditar que hoje, praticamente todos os brasileiros possuem em seus cromossomos alguma porção genética africana ou até indígena em seu patrimônio celular.

O problema é quando esta porção de genes inclui e se expressa na pele a parte responsável pela produção das melaninas dos nossos ascendentes africanos, uma falsa idéia de superioridade ressurgue naqueles que não as ostenta.

Nessa situação específica, por causa dessa parte tão ínfima de nossa imensa e tão diversificada herança genética, em geral, o inexplicável preconceito racial emerge.

Isto ocorre mesmo sabendo que podemos ter muitos outros genes, oriundos dessa mesma ascendência, que simplesmente não possuem nenhuma correlação com a expressão da cor da pele.

Apesar de termos consciência que esta imensa miscigenação de fato ocorreu, ainda olhamos para o outro como alguém diferente e o distinguimos pela sua derme, pela sua religião, pela sua etnia e outras características que somente a ignorância humana ainda pode conceber.

Infelizmente o preconceito racial, que é o mais comum e notório, persiste até hoje e se propaga intensamente no país, além de outros igualmente

inaceitáveis pela racionalidade humana e principalmente contra negros e mulatos.

Apesar de continuar sendo camuflado no falso discurso que no Brasil não existe racismo ou que ele é menor que no resto do mundo, devido a nossa grande miscigenação, infelizmente ele ainda é um fenômeno muito real.

O grande antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” de 1995 definiu magistralmente a perpetuação dessa realidade em apenas uma frase:

“As atuais classes dominantes brasileiras guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil que seus antepassados escravocratas tinham”.

Até hoje, a herança da escravidão em relação às oportunidades extremamente desiguais se mantém, já que os negros e mulatos são no Brasil o grupo étnico-racial mais pobre e com menor nível de escolaridade. Consequentemente, são os mais atingidos com os problemas com a violência, com a saúde e obviamente com a educação.

Outra grande hipocrisia é que o preconceito racial no Brasil é sempre atribuído ao “outro”. Isto foi o que constatou uma pesquisa realizada pelo Ibope em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram

não ter preconceito ou percebê-lo em seus atos e contraditoriamente 98% dos mesmos disseram conhecer muitas pessoas de suas relações bem próximas que o tinham.

Mas afinal, quem é atualmente esse “povo brasileiro”?

38

Segundo o IBGE, todos que se auto declararam pretos e pardos no último censo já eram a maioria da população brasileira em 2014, representando mais precisamente, 53,6% do nosso povo.

Essa mesma pesquisa indicou que na população mais pobre, com renda média de R\$ 130,00 por pessoa na família, os negros continuam sendo a maioria, sendo que esse percentual vem aumentando nos últimos dez anos.

Em 2004, dos brasileiros mais pobres, 73,2% eram negros sendo que este patamar aumentou para 76% em 2014.

Estes são os milhões de “brasileiros”, ainda ignorados pela liberdade verdadeira, mas que seguem escrevendo o presente e o futuro do Brasil com seu suor e suas tintas mestiças ou negras.

Há exatos quinhentos anos. Sob o olhar da Biologia se considerarmos o DNA retirado das mitocôndrias que é transmitido apenas pela linhagem

feminina, ousou acreditar que a ascendência feminina da maioria absoluta dos brasileiros, datam daquela época, quando inexisteriam por aqui mulheres brancas.

Como todos nós, tivemos uma mãe, duas avós, quatro bisavós, oito trisavós, dezesseis tataravós e assim progressivamente por várias gerações, a quantidade de mulheres que antecederam cada atual brasileiro, pode alcançar números bem expressivos (estima-se algo em torno de 16.384 mulheres que seriam ascendentes para cada um, retroativamente até o início do século XVI).

Como naquele momento, uma mesma mulher negra ou índia podia gerar filhos distintos com vários homens diferentes, pois a sociedade local era conivente com a vergonhosa prática da relação não consentida com as cativas, esse número se torna impreciso e tende a ser um pouco menor.

Isto porque uma mesma mulher pode ter dado origem a distintas gerações dos atuais brasileiros, como por exemplo, o que houve com a mãe da famosa negra Chica da Silva, que teve filhos com “senhores” diferentes, assim como sua própria filha que também teve filhos com dois homens brancos distintos.

Logo, possivelmente, o DNA mitocondrial de quase todas as mulheres no Brasil que geraram descendentes no início do século XVI, provavelmente faz parte do atual patrimônio genético das mitocôndrias de milhões de brasileiros de hoje.

Portanto, para a maioria da população, esta ancestralidade comum para a etnia negra ou indígena é algo plenamente factível e até biologicamente justificável.

Vale lembrar que o grande problema é que no nosso país, naquele momento e durante quase três séculos depois, a presença de mulheres brancas disponíveis para reproduzir descendentes locais era algo bem raro.

Logo, esta ausência provavelmente reduziu consideravelmente o DNA mitocondrial destas mulheres brancas na população que crescia exponencialmente e ao contrário, incluiu bem mais acentuadamente as negras e índias como nossos maiores ancestrais.

Então, a árvore genealógica de quase todos os brasileiros, certamente herdou esta maior porção feminina que possivelmente, persiste até a presente data, na maior parte da população.



A sua grande maioria, ainda sobrevive ao entorno das “casas grandes” que se transformaram em vilas e mais tarde nas nossas cidades e assim, quase todos os descendentes das relações inter-raciais que ocorreram desde 1500 e prosseguiram nas gerações subseqüentes povoaram o nosso imenso país.

Infelizmente aqui, ainda cabe uma vergonhosa ressalva, já que muitas das gestações oriundas destas relações, não foram consensuais entre brancos e escravas.

Afinal na prática, o poder de consentir ou não ser possuída sexualmente pelos seus senhores não era uma prerrogativa ou direito de escolha das cativas.

Existe uma amnésia hipócrita da nossa história que sempre evita abordar mais profundamente essa temática tão óbvia, cuja esquiva nesta abordagem é até compreensível devido a grande vergonha que esses estupros e outras violências, por si só, já carregam.

Nesse caso é bem mais conveniente deixar esta imensa sujeira debaixo do tapete do ostracismo que escondem a verdadeira história, afinal os atuais milhões de descendentes mestiços não precisam ser informados ou lembrados que isso ocorria tão corriqueiramente no passado de suas ancestrais.

Certamente, a sociedade brasileira de hoje não suportaria reconhecer que boa parte dos nossos ascendentes, possivelmente se originou deste modo.

Mas mesmo assim, a maioria das escravas criou seus filhos, fossem eles nascidos destas relações não consentidas e também das que elas permitiam e, desta forma, a nação brasileira chegou até aqui, forte, resistente, vencedora, sobrevivente, porém lindamente diversificada.

Como mudar esse persistente quadro com tanta desigualdade social?

Aqui, para responder esta última pergunta e complementar com uma reflexão todas as anteriores, prefiro começar com outra clássica e definidora frase do iluminado Darcy Ribeiro:

“O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”.

Na prática essa reprodução de comportamentos é modelada desde a mais tenra idade no seio das famílias e ao entorno das crianças pelos próprios adultos que compartilham com ela o seu dia a dia.

Não é uma herança imutável e sim adquirida pelos exemplos observados desde a infância o que justifica a aprendizagem e manutenção de alguns comportamentos sociais e de alguns aspectos da cultura vigente.

Curiosamente, como as pesquisas mostram que o brasileiro nega ser preconceituoso e até recrimina quem seja, uma solução bem simples se descortina se voltarmos a pensar nas atividades naturais e fisiológicas dos neurônios em espelho.

Afinal eles ao serem ativados pelo que a criança observa e vivencia possivelmente podem influir na sua modelagem comportamental que, em geral, será reproduzida futuramente.

Assim, se você realmente quiser ver ou internalizar determinados comportamentos isentos de preconceitos em uma criança, então aja, cotidianamente, oferecendo com suas ações, os respectivos modelos desejados.

Aparentemente é algo bem simples de se fazer e se realmente for executado com a intenção de se eliminar as idéias preconceituosas do universo infantil que está em formação, a possibilidade das próximas gerações estarem livres dessa herança ignóbil pode ser, de fato, imensa.

Enfim, estas recentes descobertas na neurociência em relação aos neurônios em espelho, apenas serviram para confirmar cientificamente a expressão máxima dos tempos de nossas bisavós:

- *"Um bom exemplo oferecido pelos pais e pelos adultos sempre será a melhor forma de se educar os filhos e todas as crianças para o resto das suas vidas".*

Capítulo 3: O real caminho da desconstrução

Vimos que o atual “Brasileiro” é uma mera reprodução social que se iniciou já no “achamento do Brasil” em 1500 e que atualmente ainda persiste com suas sutis e pobres adaptações.

Mesmo com uma população na qual um pouco menos de sua metade se declara “branca”, as diferenças sócio econômicas são bem notórias nesse país reconhecidamente mestiço e seus ainda injustificados preconceitos.

As origens dessas condutas discriminatórias em vários níveis são expostas pelo desrespeito aos gêneros, às etnias, às religiões e outras distinções menos comuns, mas que invariavelmente deságuam nas desigualdades brasileiras e datam infelizmente do início do século XVI.

Desde o descobrimento do Brasil a reprodução das várias formas de discriminações se deu de forma quase fisiológica geração após geração, tanto bem antes quanto depois da abolição da escravidão ocorrer.

É indiscutível que a herança comportamental em relação, por exemplo, ao preconceito racial foi importada para a colônia já nas primeiras décadas de 1500 e desde então certamente foi modelada desde a mais tenra idade

em cada núcleo familiar da elite colonizadora, de forma contínua e incessante.

Logo, é possível e até pertinente acreditar que de forma imperceptível os neurônios em espelho das crianças, a partir dali atuaram nesse processo, solidificando essa ignóbil herança comportamental geração após geração chegando assim, veladamente, até os dias atuais.

Isso se explica porque ao observar o outro a reprodução mental das ações visualizadas é algo naturalmente esperado já na infância dos futuros cidadãos.

Afinal, se os neurônios em espelho são ativados quando observamos alguém e reproduzimos mentalmente suas ações, logo, as condutas preconceituosas ou seus respectivos discursos discriminatórios possivelmente sempre serão importantes contaminantes para quaisquer crianças.

Lembremos que um bebê sempre será isento de preconceitos ou prévios julgamentos em relação ao outro ao nascer. Estes comportamentos somente serão construídos mais tarde durante seu crescimento e desenvolvimento físico e mental por influência do ambiente e, principalmente, das pessoas que o cercam.

Alguns detalhes expostos nas vidas dos diferentes personagens históricos descritos nos capítulos anteriores confirmam que a perpetuação do preconceito racial

sempre seguiu exatamente este mesmo padrão por décadas e até séculos.

Ou seja, a preservação dessa cultura discriminatória passou necessariamente por cada família até chegarmos aos dias atuais, independente da forte miscigenação que concomitantemente ocorreu na população.

Certamente, se não fizermos uma profunda reflexão sobre isto e exercitarmos as respectivas mudanças, o mesmo processo se repetirá internalizando nas gerações futuras o mesmo olhar equivocado sobre diferenças que apenas a ignorância humana ainda consegue enxergar no outro.

Hoje compreendemos plenamente como inúmeras gerações de colonizadores se mantiveram como legisladores, juízes, disseminadores de saberes unilaterais e da própria verdade absoluta, implantando um poderio sobre os direitos das mulheres e negros em um país que contraditoriamente se tornou, cada vez mais mestiço.

Da mesma forma entendemos como a reprodução deste olhar de superioridade das pessoas de pele branca sobre as outras seguiu dividindo uma sociedade na qual a maioria dos indivíduos compartilhou esta crescente herança genética mestiça.

Para se ter uma idéia do altíssimo nível de miscigenação que encontramos hoje em nossa população, estudos genéticos realizados nos atuais quilombos mostram que a ancestralidade africana predomina na maioria deles, embora também seja bem significativa a presença de elementos de origem européia e indígena nessas comunidades.

Considerando que os quilombos teoricamente seriam redutos que abrigavam os escravos africanos que fugiam em busca de liberdade, é interessante perceber que nem nestes locais existiam apenas negros, mas também outras pessoas que foram integradas nessas comunidades e assim geraram descendentes naturalmente mestiços.

Além disso, se lembrarmos que o DNA presente nas mitocôndrias é transmitido apenas pela linhagem feminina, e que as nossas ascendentes crescem exponencialmente em quantidade ao retornamos nossa genética rumo ao passado, indiscutivelmente podemos ter essa herança mestiçada em nosso patrimônio celular.

Podemos ter herdado parte desse material genético de nossa mãe ou de uma de nossas duas avós ou de uma de nossas quatro bisavós e assim progressivamente por várias mulheres que antecederam cada brasileiro atual. Logo, como ter absoluta certeza que nenhuma dessas ascendentes por parte paterna ou materna não foi negra ou índia.

Essa incerteza, por si só, deveria jogar uma pá de cal no preconceito racial ainda existente no Brasil, mas a ignorância sobre estes indiscutíveis fatos não propicia essa inteligente reflexão e a conseqüente mudança comportamental em relação à discriminação.

Por outro lado, como inúmeras pesquisas indicam que o “brasileiro” nega que seja preconceituoso, isto claramente sinaliza ser provável que ele até já tem vergonha de sê-lo, mesmo agindo eventualmente como tal, seja de forma consciente ou não.

Isso é um bom sinal, mas ainda falta muito para que o quadro atual realmente mude de fato para as nossas gerações futuras.

Até porque a maioria da população apresenta um discurso de igualdade ou que ninguém pode ser considerado superior em seus direitos ou formas de ser tratado ou julgado, mas no dia a dia, distintas atitudes preconceituosas preenchem o nosso cotidiano, algumas inclusive, chegando às páginas dos jornais e até delegacias.

Afinal, é a própria Constituição Federal de 1988 que declara que todos os brasileiros são iguais perante a lei, mas na prática não é bem assim que “a nossa banda toca”. A nossa própria história mostrou que essa realidade é pouco mutável, independente de todas as leis já sancionadas, desde a época da escravidão.

Inclusive, atualmente esse princípio legal da igualdade para todos e que é claramente inserido no caput do quinto artigo da Constituição Federal de 1988, pressupõe que qualquer brasileiro deve ser tratado de maneira igual e independente de sua condição econômica, raça, credo, sexo e etc.

Um século depois da abolição da escravidão em 1888, a nossa carta magna, enfim decretou a igualdade legal de todos os brasileiros. Porém, também é de conhecimento público que na prática esse princípio ainda não é exercido tão plenamente em nossa garrida pátria, tão amada, idolatrada e chamada de Brasil.

Assim a desconstrução de qualquer discriminação ou preconceito, necessariamente inclui as nossas reais atitudes cotidianas e, em especial, a nossa atenção para as nossas ações que possivelmente estimulam os neurônios em espelho dos jovens que crescem ao nosso entorno.

Afinal, tudo que a criança observa e vivencia em um adulto possivelmente influem na sua modelagem comportamental e provavelmente nos seus atos futuros.

A neurociência pode até explicar como e porque devemos desconstruir ações que emanem, mesmo veladamente, para nossos pares, os nossos preconceitos. Mas, a decisão de fazer realmente essa desconstrução sempre será única e individual.

Ao invés de persistirmos em apenas repetir nossos inócuos discursos vazios, que tal transformá-los em posturas cotidianas e ações isentas de discriminações para exercitarmos uma verdadeira igualdade para todos, de fato?

Certamente as gerações futuras nos agradecerão pela desconstrução dos preconceitos em nosso país. Este impávido colosso que ao crescer se tornou irremediavelmente bastante mestiço.

Para finalizar o argumento mais convincente para todos os brasileiros agirem assim imediatamente é exatamente o motivo econômico.

Isto porque a discriminação, na verdade, é uma forma de amplificar as desigualdades sociais, pois empurra para baixo quem é discriminado, na tentativa de aumentar o intervalo de oportunidades entre este e quem o discrimina.

O problema é que estamos falando de um pouco mais da metade da população que vê uma forte redução das oportunidades para bons trabalhos, para as melhores qualificações formativas e até para as educacionais de excelência.

Obviamente estas limitações para este grande grupo populacional são grandes barreiras para um desenvolvimento mais sólido do nosso país.

Infelizmente as pesquisas confirmam isso ao indicar o contínuo crescimento da parcela de negros e pardos no total de desempregados no Brasil e até no rendimento médio dos que conseguem um trabalho, o que é um reflexo também diretamente relacionado à escolarização deficitária oferecida para este imenso grupo.

Os baixos investimentos na Educação, Segurança e Saúde que são rateados por todos por meio dos altíssimos impostos que assolam o brasileiro, também é um resultado indireto, mas bem claro deste secular processo discriminatório.

Por exemplo, a Educação pública possui um alto custo real para todos os contribuintes sem exceção e mesmo assim a sua efetiva qualidade ainda deixa muito a desejar. Isto ocorre porque existe um pensamento equivocado que associa o ensino público apenas ao brasileiro mais pobre. Logo, aparentemente este não seria um problema para as pessoas economicamente mais favorecidas.

Contudo, mesmo aqueles que se utilizam da Educação do setor privado e pagam escolas particulares para os seus filhos, também contribuem acentuadamente por meio do pagamento de seus inúmeros impostos para a manutenção da Educação básica pública, mesmo sem usufruir dela diretamente.

O grande embaraço é que as relações entre os investimentos e os respectivos resultados educacionais

não são convincentes, já que o Brasil sempre amarga posições bem desconfortáveis nas avaliações mundiais de desempenho dos estudantes, há muitos anos.

Considerando que hoje mais de 85% dos estudantes do Ensino Básico no Brasil se concentra na esfera pública e nesta está incluído a parcela de negros e pardos que compõem um pouco mais da metade da nossa população, este cenário se torna muito mais crítico para o futuro de toda a sociedade brasileira.

Um desdobramento disso tudo são os crescentes custos com a Segurança e Saúde que causam imensos prejuízos econômicos, quase invisíveis, mas que também oneram fortemente o povo brasileiro, gerações após gerações.

Infelizmente são problemas que possuem como ponto comum a provável consequência dos estímulos negativos dos neurônios em espelho proporcionados pelos comportamentos dos adultos observados pelas crianças.

Assim, a verdadeira abolição de qualquer tipo de discriminação da vida do povo brasileiro também significa redução de gastos futuros com a Saúde.

Logo, a prevenção internalizada e exercitada pela Educação pode reduzir, por exemplo, a disseminação de doenças, o volume de internações, os custos de tratamentos, afastamentos do trabalho, incapacidades funcionais, reabilitações físicas e outros problemas

plenamente evitáveis por meio também dos bons exemplos prévios e a adequada ativação dos neurônios em espelho.

Da mesma forma, as falhas operacionais e incompetências oriundas da crescente desqualificação de mão de obra, que já encharcam o judiciário com reclamações de consumidores, as quais as empresas arcam com estes custos, também podem ser diminuídas expressivamente.

Isto também significa reduzir prejuízos econômicos à sociedade, às empresas e ao contribuinte em curto e médio prazo.

Até o presente momento, estas consequências indiretas do comportamento individual discriminatório ou omissivo continuam sendo ignoradas e o efetivo enfrentamento das suas causas postergado.

Ao olharmos o outro como alguém inferior ou menos capaz, assim como faziam os colonizadores quando aqui chegaram, baseados na cor da pele ou outras atitudes também discriminatórias, perpetuaremos indefinidamente todos estes prejuízos econômicos e sociais.

Da mesma forma, até as nossas omissões perante estas posturas também colaboram para que o nosso país continue andando com passos de tartaruga rumo a um futuro que realmente poderia ser bem mais promissor.

Portanto, mudar cada comportamento individual e educar para abolir todas as formas de preconceito de nossas vidas é algo imperativo para que esse país mestiço se torne de fato impávido e colosso.

O gigante deitado em um berço esplendido desde o seu descobrimento precisa acordar desse pesadelo e realmente crescer com todos os seus, nesse mundo tão globalizado e da mesma forma também já tão diversificado.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, E; Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luís Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Ed. da Unicamp; Campinas; 1999.
- BARBOSA, F. A; A vida de Lima Barreto; Ed. José Olympio Editora; Rio de Janeiro; 2002.
- BARRETO, F.C; Qual o nome perfeito para meu filho? Informações para auxiliar essa difícil decisão; Ed. CDA; São Paulo; 2017.
- BARRETO, F.C; Biocionário: A Biologia em rápidas consultas; Ed. CDA; São Paulo; 2016.
- BARRETO, F.C; Como educar uma criança chamada Brasil; Ed. CDA; São Paulo; 2016.
- BESOUCHET, L; Pedro II e o Século XIX; Ed. Nova Fronteira; Rio de Janeiro; 1993.
- BUENO, E; Brasil: uma História; Ed. Ática; São Paulo; 2003.
- CARONE, E; A República Velha – Instituições e Classes Sociais; 4 ed.; Ed. Difel; São Paulo; 1971.
- CAVALCANTI, N. O; Rio de Janeiro: Centro Histórico Colonial 1567-2015; Ed. Planeta do Brasil; São Paulo; 2015.

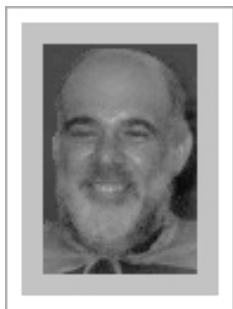
- COARACY, V; Memória da Cidade do Rio de Janeiro; José Olympio Editora; Rio de Janeiro; 1985.
- DEL PRIORI, M; Histórias da Gente Brasileira: Colônia – Volume 1; Ed. Leya; São Paulo; 2016.
- DEL PRIORI, M; Histórias da Gente Brasileira: Império – Volume 2; Ed. Leya; São Paulo; 2016.
- DEL PRIORI, M; Histórias Íntimas: A Sexualidade e Erotismo na História do Brasil; Ed. Panda Books; São Paulo; 2016.
- DEL PRIORI, M; Documentos Históricos do Brasil; Ed. Leya; São Paulo; 2016.
- DELGADO DE, C. C; História da Cidade do Rio de Janeiro; Ed. Secretaria Municipal de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 1990.
- ELIAS, N; O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes; Ed. Zahar; Rio de Janeiro; 1994.
- FAUSTO, B; História do Brasil; Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo; 2009.
- FERNANDES, F; A Integração do Negro na Sociedade de Classes; 3 edição; Ed.Ática; São Paulo; 1978.
- JANOTTI, M. L. ; Os Subversivos da República; Editora Brasiliense; São Paulo; 1986.
- LÉRY, J; Viagem à terra do Brasil; Editora Edusp; São Paulo; 1980.

- MOURA, C; Dicionário da Escravidão Negra no Brasil; EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo; 2004.
- NAVARRO, E. A; Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil; Ed. Global; São Paulo; 2013.
- PEREIRA, L. M; Machado de Assis: Estudo Crítico e Biográfico; Editora Itatiaia; Belo Horizonte; 1988.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil; Ed, Companhia das Letras; São Paulo; 1995.
- SCHUMACHER, S; Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade; Ed. Zahar; Rio de Janeiro; 2000.
- VAINFAS, R; Dicionário do Brasil Imperial; Ed. Objetiva; Rio de Janeiro; 2002.
- VIANA, H; História do Brasil: período colonial, monarquia e república; Ed. Melhoramentos; São Paulo; 1994.

Flavio Chame Barreto

60

Sobre o autor



Flávio Chame Barreto é professor, biólogo, especialista em Ensino de Ciências e Biologia, especialista em Docência no Ensino Superior e mestre em Informática, Educação e Sociedade (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ).

Membro da centenária Academia Fluminense de Letras ocupando a cadeira 39 da academia oficial de letras do estado do Rio de Janeiro (Lei 7588 de 17 de maio de 2017).

Nascido em meados do século passado (século XX), dedicou-se a Educação e a Docência em todos os níveis, ainda é casado com sua primeira namorada, tem dois filhos, um casal de netos e nas poucas horas vagas é escritor, músico amador, romancista e poeta.

Outros livros do autor

1 - **Informática descomplicada para Educação: Aplicações práticas para sala de aula**; Flavio Chame Barreto; Ed. Érica; SP; 2014.

Dados técnicos: 172 páginas e I.S.B.N. - 9788536507149

Sinopse: Com uma linguagem de fácil compreensão, este livro mostra como o computador pode ser utilizado no dia a dia do docente, valendo-se, para isso, de diferentes ferramentas computacionais gratuitas e conhecidas.

Disponível na versão impressa na livraria Saraiva

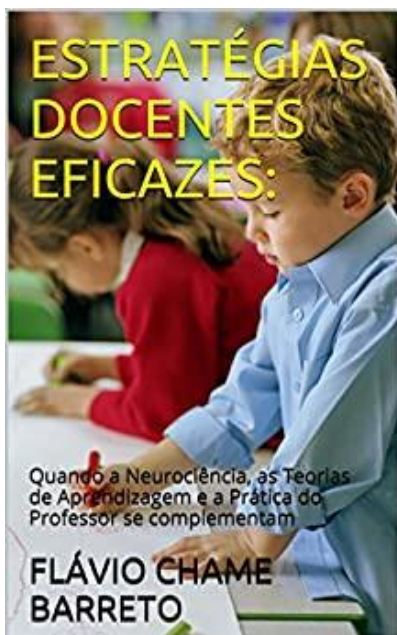


2 - Estratégias docentes eficazes: Quando a neurociência, as teorias de aprendizagem e a prática do professor se complementam; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; SP; 2015.

Dados técnicos: 132 páginas e I.S.B.N. - 978-1499243147

Sinopse: A obra pretende demonstrar que a correlação dos recentes conhecimentos da Neurociência com as Teorias de Aprendizagem quando aplicadas pelo professor, em sua sala de aula, pode resultar em estratégias docentes eficazes.

Disponível na versão impressa na livraria Amazon.com e também no formato Kindle.



Flavio Chame Barreto

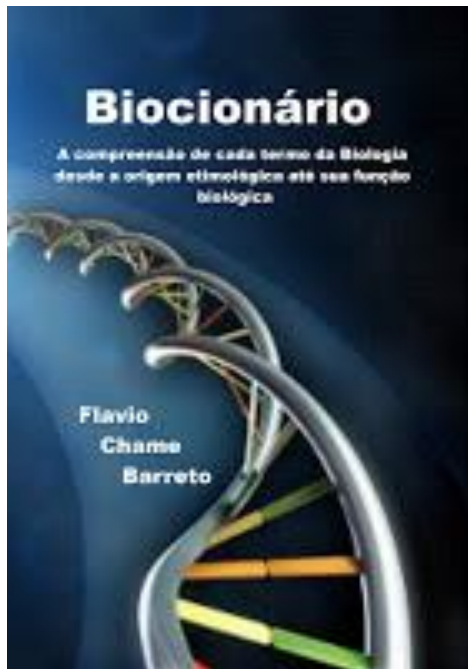
3 - Biocionário: A compreensão de cada termo Biologia desde a origem etimológica até sua função biológica; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; SP; 2016.

Dados técnicos: 697 páginas e I.S.B.N. – 9781540385222

Sinopse: A presente obra reúne e explica com ilustrações os nomes mais comuns da Biologia encontrados nos conteúdos ministrados em diferentes níveis de ensino.

Disponível na versão impressa na livraria Amazon.com e também no formato Kindle.

64



4 - A Neurociência da Corrupção: O escambo que esculhambou um país; Flávio Chame Barreto, Ed. CDA; SP; 2017.

Dados técnicos: 108 páginas e I.S.B.N. – 1547101113

Sinopse: Este livro descreve a corrupção no Brasil, sob um olhar fisiológico promovendo uma reflexão sobre as suas possíveis origens biológicas, sociais e culturais que desencadeiam a manutenção dessa prática tão nefasta e que afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Disponível na versão impressa na livraria amazon.com (também no formato Kindle).



5 - Os parasitas mais importantes do Brasil: das amebas aos governantes; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; SP; 2017.

Dados técnicos: 242 páginas e I.S.B.N. - 9781542969154

Sinopse: Este livro descreve as principais parasitoses de interesse médico no Brasil, enfatizando a descrição dos parasitos, seu ciclo biológico, sintomas, tratamento e prevenção, por meio de textos cuidadosamente explicativos e ilustrações didáticas. Com uma abordagem simples também ressalta de forma alegre e bem humorada a importância do papel da população e dos políticos no controle e prevenção destas doenças evitáveis, propiciando interessantes reflexões.

Disponível na versão impressa na livraria amazon.com (também no formato Kindle).



6 - **O Fogo inexplicável dos desejos**; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; São Paulo; 2017.

Dados técnicos: 140 páginas e I.S.B.N. – 9781533532343

Sinopse: Romance que conta a história de uma médica que se recupera do fim do casamento, quando o primeiro homem da sua vida a trocou por uma mulher mais jovem. A elucidação de um crime, o nascimento da filha de seu ex-marido e outros inesperados eventos realinham a vida dessa médica e de todos à sua volta para sempre.

Disponível na versão impressa na livraria amazon.com (também no formato Kindle).



8 - Os milagres de Kari: O Amor e a Liberdade como testemunhas da Colônia à República; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; SP; 2017.

Dados técnicos: 345 páginas e I.S.B.N. – 1547103388

Sinopse: Um romance que descreve a vida de Kari, um índio que ao ser encantado por uma magia atravessou quase quatro séculos acumulando diversos conhecimentos e descobrindo os mais variados sentimentos humanos. Uma linda história tendo como pano de fundo o período compreendido do descobrimento do Brasil até a República, na cidade do Rio de Janeiro. Ao participar de importantes eventos históricos, ele vivenciou lindas lições sobre amor e liberdade, influenciando a vida de muitos outros personagens da História do Brasil até ocorrer o maravilhoso desfecho de sua jornada mágica. Apesar de ser uma ficção os fatos e personagens históricos que compõem o cenário deste romance fazem parte da História do Brasil o que habilita a obra como uma rica leitura complementar para um maior conhecimento daquele período histórico.

Disponível na livraria amazon.com (também no formato Kindle).



9 - Como educar uma criança chamada Brasil: Manual de sobrevivência para a Educação; Flavio Chame Barreto; Ed. CDA; SP; 2017.

Dados técnicos: 197 páginas e I.S.B.N. – 9781530903993

Sinopse: Esta obra faz uma costura didática de diferentes dados históricos e de domínio público com os saberes científicos de várias áreas do conhecimento que explicam a manutenção do comportamento social e político do brasileiro em relação à Educação e à própria Cultura. Em uma linguagem de fácil entendimento, expõe as divergências entre o atual discurso político e a realidade vigente no ensino básico público, ancoradas no papel social, na cultura e nos comportamentos individuais de cada cidadão e também na atuação política coletiva da própria sociedade sobre a qualidade da Educação no Brasil. Essa mistura de informações tem por objetivo conduzir cada leitor as suas próprias conclusões sobre como está a Educação pública no Brasil, como chegamos até aqui, como reverter o quadro atual e enfim, como construir uma Educação de qualidade de sucesso e principalmente adequada à realidade brasileira atual para todos, sem exceção.

Disponível na versão impressa na livraria AGBooks.com.br e na Amazon.com (também no formato Kindle).

